



**CARTA**  
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

# Terra e agricultura nas relações sino-angolanas: um estudo sobre parceria e conflito em Angola

*Land and agriculture in sino-angolan relations: a study on partnership and conflict in Angola*

*Tierra y agricultura en las relaciones chino-angoleñas: un estudio sobre asociación y conflicto en Angola*

DOI: 10.21530/ci.v16n1.2021.1100

Hoyêdo Nunes Lins<sup>1</sup>

Luísa Correia Filho<sup>2</sup>

## Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



## Resumo

A busca por recursos naturais sobressai nas investidas internacionais de alguns países, sendo a China uma das melhores ilustrações. Motiva a política externa chinesa, assim orientada, o abastecimento principalmente de matérias primas energéticas e de produtos agrícolas. Para as áreas implicadas, os desdobramentos podem se mostrar problemáticos, mormente pelas disputas por recursos essenciais. Este estudo focaliza esse assunto, investigando a parceria governamental entre China e Angola que criou a empresa Jiangzhou. Entre as principais atividades da iniciativa, figura o

1 Doutor em Géographie et Aménagement (Université de Tours – França). Professor do corpo permanente dos Programas de Pós-graduação em Relações Internacionais e em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil. (hoyedo.lins@ufsc.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7438-2951>.

2 Pós-graduanda em Gestão Pública na Universidade Estadual de Ponta Grossa (Polo de Curitiba). Paraná, Brasil. (filholuisa@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3183-2200>.

Artigo submetido em 26/04/2020 e aprovado em 28/09/2020.





cultivo de soja, para envio à China, em uma grande fazenda instalada no município angolano da Tchicala Cholohanga, pertencente à Província do Huambo. Baseado notadamente em trabalho de campo, com levantamento de dados e informações *in situ* e com numerosas entrevistas – junto a agricultores, trabalhadores da empresa Jiangzhou e integrantes do staff de ministérios e de ONGs –, o estudo contextualiza essa cooperação sino-angolana, caracteriza e descreve o empreendimento agrícola e discute alguns de seus aspectos, sobretudo os relativos à disputa com a população nativa por terra e água e às condições impostas aos trabalhadores de origem local.

**Palavras-chave:** Jiangzhou; Angola; apropriação de terras; trabalho precário.

## Abstract

The search for natural resources stands out in the international movements of some countries, being China one of the best illustrations. The motives behind such a design of foreign policy include an interest in energy resources and agricultural products. In the areas involved, the consequences may prove problematic, basically due to disputes over essential resources. This study focuses on this issue, investigating a government partnership between China and Angola that created the company Jiangzhou, whose main activities include soybeans farming for shipment to China on a large property located in the Angolan municipality of Tchicala Cholohanga, belonging to the Huambo Province. Based mainly on field work, with data and information survey *in situ* and with numerous interviews – with farmers, Jiangzhou workers and members of ministries and NGOs –, the study contextualizes this Sino-Angolan cooperation, characterizes and describes the agricultural enterprise and discusses some of its aspects, especially those related to the dispute with the native population for land and water and the conditions imposed on local workers.

**Key words:** Jiangzhou; Angola; land grabbing; precarious work.

## Resumen

La búsqueda de recursos naturales tiene prominencia en las inversiones internacionales de algunos países, siendo China uno de los mejores ejemplos. La política exterior china, así orientada, busca principalmente el suministro de materias primas energéticas y productos agrícolas. En las regiones afectadas, se pueden observar resultados problemáticos, especialmente debido a disputas sobre recursos esenciales. Este estudio se centra en este tema, investigando la asociación gubernamental entre China y Angola que creó la empresa Jiangzhou. Entre las principales actividades de la iniciativa se encuentra el cultivo de soja, para ser enviada a China, en una gran finca ubicada en el municipio angoleño de Tchicala Cholohanga, en la provincia de Huambo. Basado sobre todo en búsqueda directa de datos





e informaciones in situ, con numerosas entrevistas con agricultores, trabajadores de la empresa Jiangzhou y miembros del personal de ministerios y ONG, el estudio contextualiza esta cooperación chino-angoleña, caracteriza y describe la empresa agrícola y analiza algunos de sus aspectos. Se pone énfasis en la disputa con la población nativa por tierra y agua y en las condiciones impuestas a los trabajadores de origen local.

**Palabras clave:** Jiangzhou; Angola; acaparamiento de tierras; trabajo precario.

## Introdução

Situada na costa ocidental da África, Angola tinha população de 25,8 milhões em 2014, distribuída entre 18 províncias, 162 municípios e 559 comunas. Luanda, a capital, é a cidade mais populosa, com 6,9 milhões de habitantes, representando 27% da totalidade dos angolanos (Angola 2014).

Como outros países africanos, Angola tem recebido grandes investimentos chineses. Sobressai nesse processo, relativamente ao setor agrícola, o empreendimento sino-angolano denominado Jiangzhou Agriculture, Lda., na Província do Huambo, precisamente no município da Tchicala Cholohanga. Tal província situa-se em área de planalto, acima de 1.700 metros de altitude, e tem população estimada de 2 milhões.

Tchicala Cholohanga dista 42 quilômetros da sede da província. Seus 104 mil habitantes se distribuem em quatro comunas: Mbave, Samboto, Tchicala e Sambo, localizando-se na última a fazenda Jiangzhou Agriculture, Lda., adjacente à aldeia do Sachitemo. As comunidades rurais representam 52% da população, e as principais atividades econômicas, ligadas à agropecuária, usufruem de boas condições climáticas e da alta fertilidade do solo. Rico em recursos minerais e hídricos – é origem dos rios Keve, Kuvango e Cunene (este na área da Jiangzhou) –, o território registra plantio de milho, feijão, batata, soja, trigo e hortícolas diversas, ao lado da pecuária bovina, caprina e ovina.

Atributos como esses fazem a área canalizar investidores estrangeiros. Os chineses sobressaem fortemente, como em todo o país, com financiamentos ou investimentos voltados às infraestruturas. É cada vez maior, todavia, a atenção para o setor agrícola nessas iniciativas chinesas, como ilustrado pelo empreendimento da Jiangzhou na Tchicala Cholohanga.





Essa parceria sino-angolana é o foco deste estudo. O objetivo, ao lado da contextualização da investida chinesa na África e particularmente em Angola, é descrever o empreendimento e discutir alguns de seus aspectos e problemas. Uma questão central diz respeito à expropriação de terras, origem de relações conflituosas com habitantes da aldeia do Sachitemo.

O estudo se baseia, além de pesquisa bibliográfica e documental, em trabalho de campo desdobrado em dois momentos, com viagens de um dos autores à Angola: o primeiro em janeiro de 2018, quando foram contatados trabalhadores locais da Jiangzhou para posterior obtenção de informações; o segundo em setembro de 2018, com a realização de 26 entrevistas. Estas envolveram agricultores da aldeia do Sachitemo (13), trabalhadores nacionais da Jiangzhou (10), chefia no Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) do Ministério da Agricultura (1), chefia no Instituto Nacional de Cereais (INCER) do Ministério da Agricultura (1), diretora da Organização Não Governamental (ONG) ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (1). Também constituíram fontes o advogado que representa os agricultores da comunidade do Sachitemo e a Rádio MAIS, emissora do Huambo que disponibilizou depoimentos gravados.

O artigo possui seis partes, incluindo a introdução e as considerações finais. Na próxima, fala-se da presença chinesa na África subsaariana. Depois, considera-se a situação de Angola em face das investidas chinesas. Na quarta parte, examinam-se aspectos centrais da atuação da Jiangzhou na Tchicala Cholohanga. Em seguida, tangencia-se a questão dos reflexos socioeconômicos locais provenientes da presença da Jiangzhou.

## **Uma nota sobre a presença chinesa na África subsaariana**

As reformas iniciadas por Deng Xiaoping nos anos 1970 acabaram conduzindo a China ao segundo lugar entre as maiores economias do mundo. Esse percurso se baseou em força industrial e comercial, além de capacidade financeira e diplomacia. Nesse processo, a China se aproximou da África e cresceu a importância desse continente para a economia chinesa. Essas relações começaram em abril de 1955, na Conferência de Bandung (Indonésia), cujo objetivo era estimular a cooperação econômica e cultural afro-asiática em ambiente distinto do que marcava o envolvimento de Estados Unidos e (a então) União Soviética, adversários na disputa de influência no marco da Guerra Fria.





Na esteira de Bandung, a China passou a representar para a África opção ao Ocidente quanto às interações internacionais, apesar das controvérsias. As questões econômicas têm prevalecido nesses vínculos, refletindo sobretudo o interesse da China por recursos naturais: por exemplo, urânio no Níger, fosfatos no Marrocos, petróleo em Angola, Sudão e Nigéria, ouro na Líbia e no Chade, manganês e minério de ferro na Argélia. Esse interesse repercute em investimentos chineses em infraestruturas, principalmente, no setor energético, como em barragens e estações hidroelétricas.

Desde o final dos anos 1990, cresceram o comércio e os investimentos chineses implicando países africanos, no contexto da política chinesa *Going Global*, que exhibe portfólio de muitos projetos de infraestruturas e incentivos para promover a internacionalização das empresas daquele país. As ações correspondentes têm incluído financiamentos e facilitação de processos administrativos, com apoio fiscal e empréstimos para investimentos diretos no exterior.

Contudo, não faltam críticas ao que alguns veem como neocolonialismo na África, mostrando-se variadas as posições dos autores, como se observa em Hodzi (2018), Xu *et al.* (2016), Chen (2018), Dreher *et al.* (2017), Jin e Gallagher (2018). De todo modo, para vários líderes políticos africanos, a China é um “parceiro sincero”, representando “[...] alternativa mais confiável aos investimentos mais tradicionais, comparativamente aos países ocidentais” (Xinhua News 2018, s/p). Isso atrai tanto mais porque (a chamada) “tragédia africana”, amargada desde os anos 1970, tem sido atribuída às ações ocidentais, mormente dos Estados Unidos (Arrighi 2002).

A expressão “tragédia africana”, assinala-se, não é fortuita. Nos anos 1980 e 1990, prescrições de política equivocadas, notadamente por consultores e instituições ocidentais com atuação internacional, praticamente nada representaram para equacionar a vertiginosa associação entre turbulências políticas e regressão socioeconômica (The Economist 1996). Assim, perto da virada do século, quase 1/3 dos países ao sul do Saara vivenciavam guerras civis ou com vizinhos (The Economist 1998) em meio a uma espiral de devastação econômica, corrupção e descrédito das instituições (The Economist 2000). Naquele contexto, a posição dos povos africanos no mapa das desigualdades de desenvolvimento, em nível mundial, só fez crescer (Brie 1997).

A cooperação China-África apresenta duas formas básicas: a multilateral, que abrange o conjunto dos países envolvidos nos fóruns de cooperação, e a bilateral, exibindo relações da China com cada país. Na primeira, as relações ocorrem





pelo Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e pelo Fórum para Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, também designado Fórum de Macau. O FOCAC, instituído em 2000, constitui esfera de consulta e diálogo coletivo e, como primeiro fórum desse tipo nas relações sino-africanas, representa um grande passo nessa cooperação e mesmo um modelo em cooperação sul-sul (Visentini 2013).

Segundo Chen (2018), ao combinar ajuda oficial e créditos de exportação, a China desafia o modo de financiamento ao desenvolvimento dos países industrializados – visto como doação do Norte – e adota instrumento baseado simultaneamente no Estado e no mercado. A maioria dos empréstimos assim concedidos dirigiu-se às regiões em desenvolvimento, figurando cinco países africanos entre os vinte principais tomadores no período 2000-2014: Nigéria, Etiópia, Gana, Mali e Angola, que ocupa o 8º lugar na lista total (Chen 2018; Dreher *et al.* 2017).

A agricultura tem sobressaído nas relações sino-africanas. Esse destaque transparece no fato de que mais de 40 empresas chinesas compraram 253 mil hectares de terra em 23 países africanos entre 1987 e 2016; desse total, 41% dizem respeito à Camarões. Essa investida não acontece por acaso, haja vista as mudanças socioeconômicas e mesmo, em certo sentido, culturais que o país asiático vem apresentando. Nas últimas décadas, uma rápida urbanização foi observada, com intensas migrações campo-cidade (Yergi 2014). Ao mesmo tempo, registra-se aumento da poluição química do solo e da água, pressionando tais recursos. A necessidade de alimentar mais de 1/5 da população mundial articula-se ao desafio das mudanças nos hábitos alimentares ligadas à maior urbanização e ao aumento da renda, expressas em maior consumo de proteína animal (carne bovina, suína e de aves), com reflexos nos grãos (soja, milho).

Assim, a questão da segurança alimentar provoca intensificação na busca chinesa por terras, no exterior, para cultivos (Klare 2013). Nessa projeção, a África tem figurado com grande destaque, pois a China enxerga no continente uma importância estratégica, pelas condições e circunstâncias (Bräutigam 2015). Contudo, não se deve superestimar a incidência dessas ações, conforme argumentam Buckley (2012) e Smaller, Wei e Yalan (2012). Entre outros motivos, pelo fato de que há discrepâncias, em diferentes casos, entre os investimentos anunciados e os concretizados (Bräutigam 2015). Além disso, os investimentos chineses em terras no exterior também refletem a percepção de outras oportunidades de negócios (em energia renovável, por exemplo), segundo Cotula *et al.* (2009).





Seja como for, além da compra de terras, outra forma de engajamento de empresas chinesas na agricultura africana refere-se à cooperação técnica pela construção de centros de demonstração de tecnologias agrícolas (ATDCs, sigla para *Agricultural Technology Demonstration Centers*), considerados um modelo alternativo de busca de sustentabilidade nessa ajuda externa. Foram 23 os países africanos que receberam ATDCs, cujas principais atividades incluem treinamento e demonstração de tecnologias agrícolas, além do cultivo de grãos. Embora envolvidos com tecnologia, tais centros integram processo social e político em curso no continente africano (Xu et al. 2016).

A China tem enviado técnicos agrícolas e pessoal para treinamento na África, um aspecto das relações sino-africanas representativo do *soft power* chinês no continente (Bräutigam e Zhang 2013). Também cresceu a cooperação cultural e educacional pela concessão de bolsas para estudantes e pela capacitação para técnicos dos governos africanos (Menezes 2013). Em 2015, mais de 160 agrônomos chineses haviam passado, ao menos, dois anos em países africanos, analisando os desafios do setor agrícola e as oportunidades na troca agricultura-tecnologia entre China e África.

A China também mira o aprendizado da sua língua pelos africanos, pois a comunicação tem representado esfera de problemas (Buckley et al. 2017). Reportagem da alemã Deutsche Welle mostrou que em Ruiu, ao norte da capital do Quênia, crianças e adolescentes estão aprendendo o mandarim; em Moçambique, iniciou-se a construção de um centro cultural Moçambique-China; em Cabo Verde, o ensino de mandarim encontra-se disponível, desde 2017, em escolas no 9º ano do ensino fundamental, mudando situação em que só estudantes universitários tinham acesso (Vries 2018).

O conhecimento sobre a política externa chinesa para a África cresce com pesquisas sobre relações bilaterais específicas, observando os reflexos de longo prazo nas estruturas políticas e econômicas implicadas. Como maior parceiro comercial da China na África, e anfitrião de cerca de 250 mil migrantes chineses (Schmitz 2018), Angola representa uma significativa experiência nesse sentido.

## **Angola no roteiro africano da China**

Conversações em 1983 desencadearam o processo de relacionamento diplomático entre Angola e China para cooperação econômica, comercial e





social. Dez anos depois, em situação de queda do preço do petróleo, a China passou a importar esse recurso de Angola, interrompendo a aproximação desta com Taiwan.

Com a paz no país africano, atingida em abril de 2002 após conflito armado em todo o período pós-independência (desde 1975), a reconstrução das principais infraestruturas angolanas emergiu como prioridade. Perante à recusa ocidental sobre concessão de financiamento, a cooperação econômica entre Angola e China ganhou forte impulso desde novembro de 2003, inclusive porque, no contexto da guerra, o país fora, em boa medida, saqueado (The Economist 1995). Recursos financeiros chineses foram canalizados ao Programa de Reconstrução Nacional angolano, com vários projetos de desenvolvimento econômico e social envolvendo principalmente infraestruturas (Angola 2015).

Representou pilar estratégico desse processo o financiamento via instituições como o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportação-Importação da China. Criou-se linha de crédito de US\$ 3 bilhões para a reconstrução angolana, inaugurando um modelo de troca de recursos do país parceiro (Angola) por infraestruturas instaladas (pela China): melhorias em portos, rodovias, ferrovias e minas foram pagas com produtos primários, sem gerar dívidas. Esse instrumento ganhou espaço na política externa chinesa para o continente africano (Carmo 2013), embora as motivações para tais acordos variassem conforme os traços de cada país e os interesses chineses específicos (Abi-Habib 2018). O arranjo financeiro geralmente inclui o uso de mão de obra chinesa nos países africanos, intensificando as migrações (Bräutigam 2015), o que, dado o grande desemprego no ambiente receptor, não deixa de provocar situações conflituosas envolvendo a população local, como observado em Angola.

A linha de crédito concedida à Angola tem implicado banco em Hong Kong que, em convênio com o Banco Nacional de Angola, avalia o montante para cada projeto de investimento (Menezes 2013). Grande parte desse financiamento dirige-se ao setor energético, mormente à construção de barragens. Tem destaque o projeto da barragem de Caculo-Cabaça, localizada na bacia do médio Kwanza, província do Kwanza Norte, iniciado em agosto de 2017, ainda em execução. De estimados US\$ 4,5 bilhões, o contrato prevê aumento da capacidade de produção elétrica do país para 9.000 Mwe.

A maior intensidade imprimida aos vínculos comerciais China-Angola teve reflexos nas economias de ambos os países. O petróleo se destaca nesse processo, com Angola atingindo a posição de principal fornecedor africano para a China







(Carmo 2013). Em 2015, esta importou US\$ 16 bilhões de petróleo angolano, o equivalente a 8% do total das correspondentes importações chinesas; o país africano passou a figurar como terceiro maior parceiro comercial da China no tocante ao petróleo, além de primeiro na África (Eom *et al.* 2017). Esses resultados se magnificam quando se lhes agrega uma variável geopolítica: no começo do século XXI, a África tornou-se prioridade para o Ocidente – mormente para os Estados Unidos – com respeito ao abastecimento em petróleo, e Angola sobressaía nas ofensivas então desenhadas (Servant 2003).

A forte entrada de receitas petrolíferas permitiu ao governo angolano avançar na reconstrução do país e também no estímulo a outras atividades, algo importante porque cerca de 4/5 das receitas fiscais de Angola provinham do petróleo, base de mais de 90% das suas exportações (diamantes igualmente se destacam). De todo modo, Angola continua dependente desse setor, justificando um permanente empenho para diversificar a economia. À agricultura, é atribuído um papel-chave nesse processo.

Cabe ressaltar que o comércio entre China e Angola (e com outros países africanos) baseia-se também nas atividades de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Observadas na atuação chinesa na África, essas zonas tiveram grande importância no próprio território do país asiático para fomentar a produção industrial e as exportações (Gereffi 2007). A criação de ZEEs africanas começou em 2006, quando o governo chinês anunciou apoiar cerca de 50 dessas zonas no continente. Em Angola, foi criada, em 2009, a ZEE Luanda–Bengo, com sete reservas industriais, seis reservas agrícolas e oito reservas minerais nos municípios de Viana, Cacuaco e Icolo e Bengo, na Província de Luanda, e nos municípios de Dande e Ambriz, na Província do Bengo.

O destaque da agricultura nas relações sino-africanas não passa ao largo de Angola. Tendo como pano de fundo a intensificação, desde o fim da guerra civil (em 2002), das volumosas aquisições de terra no país por altos funcionários e por angolanos ricos (Grassi e Ovadia 2017).

Entre 2011 e 2014, mais de 91 mil hectares foram comprados por empresas chinesas como *CITIC Construction*, *CEIEC* e *CAMC Engineering*. Tais compras ocorreram no marco das parcerias entre China e Angola, com o Estado angolano participando das negociações sobre terras por meio dos governos provinciais. As atividades realizadas nesses empreendimentos incluem, principalmente, plantio de grãos, leguminosas e cereais, assim como criação de gado (Bräutigam 2015). O Quadro 1 fornece mais informações sobre essas investidas chinesas.





Além disso, foi construído, com início em 2016, o Centro Piloto de Tecnologia Agrícola, primeiro ATDC do país, no município do Icolo e Bengo (Província de Luanda). Realizada pela chinesa Xingjian Bei Xin Construção e Engenharia Co., Ltda, a obra foi concluída e entregue ao governo de Angola em janeiro de 2019, encontrando-se em funcionamento desde então (Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa 2019). O Ministério da Agricultura de Angola forneceu energia elétrica, água e segurança durante a construção (Angola 2015).

Mas, para além das mencionadas inversões em infraestruturas, as interações China-Angola transcendem o grande interesse na agricultura. As 200 bolsas de formação técnica para jovens angolanos, indicadas, em abril de 2018, pela Embaixada da China em Angola, referiam-se à finanças, infraestruturas, saúde, logística, minas, comunicação social, turismo, comércio e investimento (Buckley *et al.* 2017; ANGOP 2018a). Realizados em cidades como Beijing, Shanghai, Changsha e Nanjing, os cursos durariam de 20 a 30 dias, com a China assumindo os encargos de logística na estadia dos bolsistas, para lhes permitir conhecer experiências de desenvolvimento e costumes locais.

**Quadro 1 – Angola: investimentos chineses na agricultura (2011-2014)**

Nome do empreendimento	Província	Investidor chinês	Ano de início (informado)	Cultivos e pecuária previstos
Pedras Negras	Malange	CITIC Construction	2011	Milho, feijão grãos
Sanza Pombo	Uíge	CITIC Construction	2012	Arroz, gado bovino
Kamacupa	Bié	CAMC Engineering	2012	Grãos, peixe
Longa	Cuando-Cubango	CAMC Engineering	2012	Arroz, gado bovino
Camaiangala	Moxico	CEIEC	2013	Grãos
Manquete	Cunene	CEIEC	2014	Arroz, gado bovino
Cuimba	Zaire	CAMC Engineering	2014	Grãos

Fonte: China-Africa Research Initiative (2018).

## A Jiangzhou no município da Tchicala Cholohanga: perfil e implicações

Este estudo foi motivado pelas atividades de uma *joint-venture* entre a empresa chinesa de Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola Jiangzhou Co. Lda. e a empresa angolana Dajiang Construction Co. Lda., intitulada Jiangzhou





Agriculture, Lda. (doravante Jiangzhou), cujo contrato com o governo angolano foi aprovado no Despacho Presidencial nº 173/17, de 10 de julho de 2017. Situada no município da Tchicala Cholohanga, pertencente à Província do Huambo, a Jiangzhou tanto cultiva cereais, leguminosas e produtos hortícolas quanto cria gado bovino e caprino, voltada para mercados como China, Portugal e Brasil. Suas operações começaram em julho de 2016, embora o contrato tenha sido firmado um ano depois. Quanto à responsabilidade social, previam-se escola com 12 salas de aula, centro de saúde e 12 bolsas de estudos para habitantes da aldeia do Sachitemo, contígua ao empreendimento (ANGOP 2017).

A seguir, discutem-se aspectos da atuação da Jiangzhou. Focalizam-se os problemas de expropriação de terras comunitárias, originando conflitos, de restrição a cultivos familiares e de precária comunicação entre a administração pública e a comunidade afetada.

### ***Expropriação de terras: conflito entre a Jiangzhou e agricultores do Sachitemo***

A expropriação de terras e os problemas associados configuram tema dominante em Angola. O crescimento agroindustrial tem influência, pois amplia o interesse pela terra (Maka Angola 2016). Em 2016, 2,5 mil registros de ocupação figuravam na base de dados do Instituto Geográfico Cadastral de Angola (IGCA), na Província do Huambo. No primeiro trimestre de 2018, no município da Tchicala Cholohanga, 230 conflitos foram detectados (ANGOP, 2016; ANGOP, 2018b).

São duas as principais esferas em que ocorre o acesso à terra em Angola e em relação às quais se desenrolam, portanto, os debates sobre os problemas de conflitos. Uma delas tem índole jurídico-estatal, relacionada ao que dispõe a Lei de Terras do país (Lei nº 9/04, de 09 de novembro de 2004). A outra se refere às práticas tradicionais, tendo como objeto as terras comunitárias em zonas rurais, onde costuma incidir o direito costumeiro por intermédio dos Sobas, líderes das comunidades.

Segundo informações disponíveis em FAO (2018a), a própria Lei de Terras contempla, de alguma forma, o sistema tradicional de acesso. O Estado é o proprietário de origem, e a utilização agrícola privada rege-se pela transferência dos direitos de uso, fazendo-se necessário justificar. Há uma questão de escala envolvida, pois o acesso é concedido por: autoridades tradicionais da aldeia (Sobas) para parcelas que não excedam 2 hectares; autoridades municipais/comunais para áreas compreendidas entre dois e um mil hectares; governadores





ou autoridades provinciais para as áreas de um mil a dez mil hectares; governo central para áreas superiores à dez mil hectares.

O projeto da Jiangzhou, em área inicial de sete mil hectares, provocou manifestação de interesse da administração municipal da Tchicala Cholohanga, após nota, nesse sentido, do governo provincial. O Estado angolano envolveu-se na negociação sobre a terra para o empreendimento através do governo da Província do Huambo. A esfera de índole jurídico-estatal, assim representada, chocou-se, todavia, com a da tradição, isto é, com a relativa ao sistema de gestão das terras em que o chefe da linhagem, ou o Soba da aldeia, divide os terrenos entre os membros ativos da comunidade conforme as necessidades em alimentos e lenha. Note-se que essa forma de agir faz recordar a abordagem de Zaoual (2006) sobre realidades do Sul, com epistemologia que “[...] associa os mundos simbólicos e morais dos homens e suas práticas cotidianas” (Zaoual 2006, 31).

Ora, a obtenção da terra na maneira tradicional, costumeira nas comunidades rurais, não envolve emissão de títulos de propriedade ou posse por órgãos governamentais, como salientado em FAO (2018b). Os conflitos registrados em torno da terra têm a ver, assim, fundamentalmente, com a ausência desses documentos junto às partes envolvidas, um problema que se apresentou com respeito ao empreendimento da Jiangzhou. Curiosamente, sequer a Jiangzhou – que em princípio teria usufruído do acesso à terra pelos mecanismos jurídicos-formais – teria apresentado documentação quando pleiteou o aumento da área a ser explorada.

Segundo o advogado que defende os interesses da comunidade do Sachitemo, entrevistado no município do Huambo, em 24 de setembro de 2018, houve negociação, nesse sentido, com participação tanto de membros da empresa quanto de integrantes do governo provincial (representante do Estado angolano no processo). Disse o advogado: “Durante as negociações apuramos que a empresa não tinha nenhum documento, como título de propriedade, para exploração da área. Um dos representantes da empresa começou a dar algum dinheiro às pessoas da comunidade, por trás das negociações”. Era de suborno que se tratava, e sobre isso o Soba da comunidade do Sachitemo, entrevistado em 22 de setembro de 2018, assinalou: “Ouvi dizer que alguns recebiam dinheiro, [...] e as pessoas abandonavam as suas lavras e tinham de procurar onde trabalhar. Nós não queremos isso; queremos que nos façam um hospital e uma escola, mas desde o início até hoje nada está a aparecer”.





De fato, o conflito sobre as terras comunitárias se agudizou com o processo de expansão das atividades da Jiangzhou, em curso desde julho de 2016. O confronto entre os dois sistemas de acesso, o jurídico-formal e o da tradição, revelou-se em toda a sua dramaticidade. São sugestivas à respeito as declarações do Soba local, colhidas em entrevista na comunidade do Sachitemo, em 22 de setembro de 2018, e as palavras de agricultores extraídas de reportagens de uma rádio do Huambo, que trazem detalhes sobre a situação: “As nossas terras foram desapropriadas; não temos mais o que fazer. Desapropriaram no Pungúa, Kangalo, Kasseque e Sachitemo. Estão a arrancar tudo [...] para os chineses (Depoimento de agricultora do Sachitemo registrado pela Rádio MAIS em 21 de fevereiro de 2017).

O clima de tensão resultou em processo judicial, no tribunal provincial do Huambo, a partir do ajuizamento de ação de restituição de posse pelo advogado que defende os interesses dos agricultores. O processo encontra-se em andamento, sendo o quadro, contudo, complexo. São eloquentes sobre as inquietações que pairam sobre a comunidade os comentários do Regedor, uma autoridade local, denotando o entendimento na aldeia sobre que esfera de acesso à terra deve prevalecer e sobre o aviltamento representado pela maneira como se desencadeava a expansão da Jiangzhou:

O projeto, quando veio nesta área, já encontrou lavras; esta é uma área em que o Sachitemo já estava. O terreno é mesmo do povo; aqui não há reserva do governo. [...] Apesar disso, nós aceitando ou não, o projeto não para; estão sempre a derrubar as lavras [e ampliando a área de produção] (Entrevista com o Regedor do Sachitemo em 22 de setembro de 2018).

Também significativos são os depoimentos de agricultores do Sachitemo extraídos das aludidas reportagens da Rádio MAIS:

Esses terrenos antes eram dos nossos mais velhos [avôs]; aí deixaram para os nossos pais e estes deixaram para nós; é muito tempo. Depois nossos filhos vão cultivar onde? Não tem lugar (Depoimento de agricultora do Sachitemo registrado pela Rádio MAIS em 21 de fevereiro de 2017).

Pegaram nossas terras, não temos mais o que fazer. O Governador deve fazer tudo para nos ajudar [...]. Esses terrenos eram dos nossos bisavôs e nos ajudavam com a agricultura (Depoimento de agricultor do Sachitemo registrado pela Rádio MAIS em 21 de fevereiro de 2017).





No vértice da questão, encontra-se, como se percebe, a problemática da agricultura familiar, principal atividade e fonte básica de subsistência e renda das famílias do Sachitemo. Os agricultores com terrenos (lavras) na área do projeto da Jiangzhou apontaram grandes dificuldades para irrigar suas terras em períodos não chuvosos, devido ao bloqueio do acesso ao rio Cunene. Esse problema lhes ameaça a própria subsistência, constituindo aspecto central das adversidades ligadas à fome e à pobreza na comunidade. É sintomático o seguinte depoimento, obtido de uma agricultora do Sachitemo, em 21 de fevereiro de 2017, pela Rádio MAIS: “Os nossos terrenos [foram tomados]; não tenho marido; tenho de trabalhar para as crianças comerem, não tenho quem me ajude. [...] O governo tem que fazer algo [...]”.

Não escaparam às críticas os quadros técnicos e administrativos do setor público local. Segundo o Regedor, entrevistado no Sachitemo, em 22 de setembro de 2018, “O Administrador [comunal] do Sambo, que assistiu a vinda do projeto, [...] sensibilizou o povo com muitas mentiras; [...] onde podemos nos queixar se o governo nos faz essas coisas?” Mais ainda: “Isso só está assim por falta de falar com a população”, afirmou um agricultor entrevistado em 22 de setembro de 2018. Ouviu-se igualmente que “A administração da Tchicala Cholohanga é a mesma que está a desapropriar a terra das pessoas. Vão resolver o quê?” (Depoimento de agricultor à Rádio MAIS em 21 de fevereiro de 2017). Com efeito, a falta de diálogo entre as partes foi apontada entre as causas principais do agravamento do conflito entre a Jiangzhou e as famílias do Sachitemo: “O administrador [municipal] não se mostrava disponível para o diálogo”, afirmou o Regedor local, entrevistado em 22 de setembro de 2018.

### ***Posições sobre a atuação da Jiangzhou registradas em instituições***

Apreciações institucionais foram levantadas em órgãos do governo, como o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e o Instituto Nacional de Cereais (INCER), ambos do Ministério da Agricultura. Também foi consultada a ONG nacional ADRA, já aludida. As considerações registradas mostraram-se semelhantes e focalizaram as características do empreendimento da Jiangzhou, o problema da expansão da área da fazenda (origem principal dos conflitos mais agudos) e os reflexos locais das atividades em questão.

Chamou a atenção a unanimidade das manifestações sobre a falta de informações e o conseqüente desconhecimento que prevalecia sobre as atividades





da Jiangzhou. O chefe de departamento do IDA, entrevistado no município de Huambo, em 24 de setembro de 2018, assinalou: “Já ouvi falar, mas nunca fui lá”. O chefe interino de departamento do INCER, também entrevistado em Huambo, na mesma data, destacou: “Temos conhecimento da empresa, mas nunca fomos lá; não temos pernas para andar: digo isso porque não temos meios de lá chegar, pela falta de transporte”. A diretora da ADRA, entrevistada em Huambo, em 21 de setembro de 2018, corroborou o problema da opacidade: “Temos conhecimento da existência da empresa, mas com pouca informação. Não temos informação sobre a essência do trabalho que desenvolve. Percebemos a existência, por causa desse conflito que surgiu.”

Sobre a pretensão da empresa em ampliar a área de produção, origem básica do agravamento do conflito com os agricultores da aldeia do Sachitemo, assim se manifestaram os entrevistados:

A questão de posse e uso de terras é de inteira responsabilidade do governo da província [...]. É preocupação do governo de Angola clarificar a questão das terras comunitárias, que não devem ser usurpadas por terceiros. [...] Nós, enquanto instituição que apoia o desenvolvimento comunitário, temos que fazer chegar [essa preocupação] às instituições e dar o nosso ponto de vista para que as comunidades consigam delimitar as suas terras, isso em parceria com instituições como a FAO, que desenvolveu o projeto Terras. O posicionamento do IDA é dar informação aos grupos para que despertem para a importância da legalização de terras [...] (Entrevista com o chefe do departamento do IDA realizada no município do Huambo em 24 de setembro de 2018).

O chefe interino de departamento do INCER, em entrevista efetuada no município do Huambo, em 24 de setembro de /2018, registrou o seguinte:

Nós já ouvíamos falar desse tipo de conflito [...]. Havia muitas queixas por parte de alguns camponeses isolados, que viam as suas terras serem ocupadas por essa empresa. Bem, isso é mau, porque é um grupo de famílias que fica sem produzir, é um grupo de famílias que poderão passar fome, e em benefício de uma empresa que a própria produção em si tem sido escoada para fora.

Indagada sobre a importância do investimento chinês para o setor agrícola angolano, a diretora da ADRA manifestou-se da seguinte maneira, na entrevista concedida no município de Huambo em 21 de setembro de 2018:





Angola está num processo de desenvolvimento e [...] tem recorrido a parcerias com [...] a China. [...] Essa parceria traz benefícios para Angola, mas [...] cremos que poderá também trazer alguns problemas [...]. Não atribuo muito [...] as falhas à China, mas sim a nós, os angolanos. Porque nós somos os donos da terra, e nós é que devemos ditar as regras ao negociarmos essas parcerias. Temos vindo a constatar que [...] o governo angolano não optou pela via do diálogo com as comunidades; a tendência foi sempre [...] impor-se e não ouvir a opinião da sociedade civil e das comunidades [rurais]. Os chineses encontram maior facilidade nas zonas rurais devido à falta de conhecimento, de acesso à informação dessas comunidades para poderem defender os seus direitos e salvaguardar os seus interesses. [...] É importante que os investimentos agrícolas aconteçam, mas é igualmente importante que estes passem pela via de um diálogo com as próprias comunidades rurais, para que se tenham em conta as opiniões [delas].

## **Tangenciando o problema dos reflexos socioeconômicos da presença da Jiangzhou**

Fala-se primeiramente dos aspectos relativos ao trabalho na Jiangzhou. Em seguida, aborda-se o compromisso da empresa para com a localidade no tocante aos acordados termos da sua responsabilidade social.

### ***Problemas do trabalho no empreendimento da Jiangzhou***

Dos angolanos entrevistados que trabalhavam na Jiangzhou, 90% eram homens. Além das práticas agrícolas, essa mão de obra era também utilizada em construção, como nas instalações para armazenamento dos produtos. Trata-se de jovens (entre 18 e 25 anos) com escolaridade, para 80%, que atingia só o ensino primário e o secundário.

Aspectos como condições de trabalho, jornada laboral e salários podem ser observados com base nos depoimentos obtidos nas entrevistas. São manifestações que expressam, além do modo como a empresa atua, as preocupações vivenciadas pelos trabalhadores locais.

Não se percebeu vínculo empregatício com a empresa. Os trabalhadores atuavam sob o regime de “boia-fria”. Os depoimentos abaixo, obtidos, em 22 de setembro de 2018, junto a trabalhadores da fazenda, informam sobre condições de trabalho:







[...] eles nos tratam tipo “somos escravos deles”. A pessoa não pode descansar, te mandam logo trabalhar (Entrevista com o trabalhador n° 4).

Se falhas um trabalho, para te ensinarem levam primeiro uma chapada [tapa]. Se não queres levar uma chapada, tens de ter força para medir com ele (Entrevista com o trabalhador n° 1).

O trabalho estamos a levar, o que tem sido difícil é o horário; entramos às 6h e terminamos às 11h30 para repouso do almoço, voltamos às 13h para sair às 18h; pelo menos regressar [ao trabalho] às 14h e sair às 17h30, seria normal (Entrevista com o trabalhador n° 8).

Uma grande dificuldade na interação com os chineses refere-se à língua. Segundo o trabalhador n° 9, entrevistado em 22 de setembro de 2018, “A experiência é complicada. O idioma é diferente; aqui é [falamos] umbundu, e a língua oficial é o português; a dificuldade é de ambas as partes.”

Também constitui problema o fato de, além da agricultura, os trabalhadores atuarem como auxiliares de obras (pedreiro). A maioria não possui experiência nesse tipo de tarefa, que consideraram ser bastante cansativa. A isso, acrescentam-se problemas de baixa remuneração, agravadas pelas despesas com alimentação, conforme os registros a seguir obtidos em entrevistas com trabalhadores da fazenda realizadas em 22 de setembro de 2018:

Queremos que diminuam o horário do almoço e aumentem o salário, de 700 AKZ por dia [equivalente a 2,32 USD] para 1.300 AKZ por dia [equivalente a 4,30 USD], porque o trabalho é muito pesado (Entrevista com o trabalhador n° 1).

Às vezes vamos ao campo, às vezes ficamos aqui na obra a fazer blocos, descarregar os materiais dos caminhões, e o salário é pouco. Entramos às 6h e saímos às 18h (Entrevista com o trabalhador n° 7).

Trabalhar aqui tem sido mais ou menos, porque [...] a comida trazemos de nossas casas. Se descontarmos a comida, estamos a ganhar 400 AKZ/dia [equivalente a 1,30 USD] (Entrevista com o trabalhador n° 5).

Se trabalhas todos os dias da semana, podes receber 21.000 AKZ [equivalente a 69 USD] no final do mês; se trabalhas uma vez ou outra na semana, consegues tirar de 13.000 a 14.000 AKZ no mês [cerca de 45 a 46 USD]. Se mudassem o salário, eu continuaria, mas se for o mesmo, acho que não vou conseguir, porque o trabalho é muito pesado (Entrevista com o trabalhador n°8).





A falta de opções agrava os problemas, pois os trabalhadores se veem praticamente forçados a continuar na Jiangzhou, conforme as manifestações abaixo registradas em 22 de setembro de 2018.

No Huambo o trabalho também está difícil; só encontramos trabalho de segurança [vigilante], e não queremos por causa dos perigos (Entrevista com o trabalhador nº 5).

O trabalho é muito forçado e o dinheiro é pouco; estamos a depender deles; [...] se tivesse outra opção, mudaria (Entrevista com o trabalhador nº 3). Não gosto de trabalhar aqui, mas pretendo continuar; se houvesse outro lugar, sairia (Entrevista com o trabalhador nº 2).

Pretendo continuar a trabalhar aqui porque não tenho mais aonde ir (Entrevista com o trabalhador nº 1).

Sim, pretendo [continuar a trabalhar aqui]; a pessoa tem que trabalhar; se tivesse outra opção, deixaria. O salário é muito baixo [...] (Entrevista com o trabalhador nº 4).

Pretendo ficar, mas se aparecer outro trabalho vou sair (Entrevista com o trabalhador nº 7).

Vou continuar; é o único trabalho que temos aqui (Entrevista com a trabalhadora nº 10).

Bastante sugestivas foram as palavras do Soba, ancião e líder da comunidade de Sachitemo:

Nós trabalhamos com os colonos [portugueses], que nos escravizaram, mas o trabalho do colono era melhor, porque entrávamos às 7h e logo às 12h parávamos para o almoço, e às 17h voltávamos para as nossas casas. Mas esses brancos [chineses] que vieram para aqui, é uma coisa que a gente não compreende. [...] Quem viveu no tempo do colono [português] não trabalha para ganhar 700 AKZ/dia e sem comida (Entrevista com o Soba Malengue realizada na comunidade do Sachitemo em 22 de setembro de 2018).

### ***Repercussões locais, prevalência de frustrações***

No contrato de investimento aprovado por despacho presidencial, em julho de 2017, cláusula sobre a responsabilidade social da Jiangzhou para com os moradores do município da Tchicala Cholohanga indicou ações sintonizadas com os objetivos socioeconômicos que o país definira para as interações com





investidores estrangeiros de um modo geral. Amplos, tais objetivos incluíam o incentivo ao crescimento da economia e a promoção do bem-estar econômico das populações nas regiões mais desfavorecidas.

As informações obtidas na pesquisa de campo oferecem uma ideia sobre o que, de fato, resultou, até o presente momento, da atuação da Jiangzhou no Sachitemo quanto à responsabilidade social da empresa. O contexto geral seria o indicado pela diretora da ADRA em entrevista realizada em 21 de setembro de 2018: “[...] as empresas estrangeiras que decidem investir em Angola, a par dos investimentos que fazem, têm sempre responsabilidades sociais para com as comunidades [...]. Muitas das vezes, não cumprem; [...] se comprometem, mas na prática nada fazem.”

Na aldeia do Sachitemo, constatou-se existir uma pequena escola que disponibiliza os níveis primário e secundário, com professores que residem no município-sede da província. Não foi possível conversar com os docentes, mas sim com o único enfermeiro do pequeno posto de saúde do Sachitemo (também residente na sede provincial). Em entrevista realizada em 22 de setembro de 2018, esse profissional ressaltou que os protagonistas do empreendimento da Jiangzhou “não deram nada ao povo; até houve grande confusão, pois passaram um ano a discutir; foi quando surgiu a promessa de darem o centro de saúde e a escola”. A construção de uma escola e um centro de saúde seria um ato próprio das responsabilidades sociais da Jiangzhou em relação à comunidade, associada ao cumprimento dos objetivos do projeto de investimento. Mas o prometido não se materializou.

Sobre a ativação da economia local como reflexo do funcionamento da empresa, constatou-se que sequer ocorreu aumento do comércio de grãos na área. Os produtos da Jiangzhou são remetidos à capital angolana e daí ao exterior. O chefe interino do INCER, entrevistado em 24 de setembro de 2018, assinalou tratar-se de processo que ocorre “[...] em benefício de uma grande empresa; que a própria produção [...] tem sido escoada para fora”.

À ausência de encadeamentos locais, com adensamento econômico no território, somava-se uma retração de atividades ligada aos problemas de terra. O mencionado enfermeiro do posto de saúde do Sachitemo, observador da realidade local, revelou na entrevista que, em 2016, “[...] as senhoras que [depois] perderam suas terras, colocavam algumas coisas na pracinha para vender. Mas, desde que as perderam, não estão a vender nada [...]. Isso [...] demonstra que, como perderam as lavras, há um prejuízo para o povo.”





Pelo que se percebe, a presença chinesa ligada à Jiangzhou não gerou, nesses primeiros anos de atuação, benefícios para os agricultores e moradores da aldeia de Sachitemo. Os trabalhadores locais não têm vínculo empregatício com a empresa e, geralmente, são objeto de engajamento apenas sazonal. Na pesquisa de campo exploratória, realizada em janeiro de 2018, quando da primeira viagem à Angola, numerosos trabalhadores vindos de províncias e municípios vizinhos tinham sido registrados. Em setembro daquele ano, durante a pesquisa propriamente dita, a situação havia mudado: a maioria dos trabalhadores residia na Comuna do Sambo, no município da Tchicala Cholohanga.

Como se viu, os trabalhadores locais da Jiangzhou sofriam com excessiva jornada de trabalho, baixos salários e dificuldade no acesso à alimentação e na comunicação com os técnicos chineses, não faltando agressões físicas. Entre os agricultores e moradores do Sachitemo, as preocupações abrangiam conflito de terras, retração da atividade agrícola e falta de diálogo entre a comunidade, a empresa e a administração pública local sobre os embates. Não obstante um processo no tribunal provincial, o equacionamento do conflito de terras deverá demorar até que ocorram as audiências e se avance rumo ao desfecho.

Assim, embora se reconheça potencial de contribuição do empreendimento sino-angolano para a economia em escala nacional, é difícil enxergar contrapartida em nível local, como verificado entre as famílias do Sachitemo. Sobre esse aspecto, a diretora da ADRA comentou o seguinte na entrevista concedida em 21 de setembro de 2018:

Muitas das vezes os direitos dos cidadãos são violados por falta de conhecimento sobre estes. Em alguns casos, atropelam-se as normas de convivência [...]. Se, por um lado, a China traz um valor acrescido ao nosso país, pelo investimento que está a fazer, por outro lado cria problemas, principalmente para as zonas rurais.

## Conclusão

Desde a virada do século, as relações sino-angolanas ganharam nova dimensão a reboque da disponibilidade de crédito chinês para a reconstrução nacional de Angola. Numerosos projetos foram contemplados, muitos envolvendo infraestruturas em meio a vários tipos de investimentos realizados pela China. As relações comerciais bilaterais foram, assim, impulsionadas, e Angola se destacou como





fornecedora de petróleo para aquele país, com reflexos na economia do país africano.

Os investimentos chineses em Angola, como os realizados em outros países, inserem-se em política do país asiático (*Going Global*) que põe ênfase no setor agrícola. Um objetivo maior é atender a forte demanda por alimentos da população chinesa, deparada com carências locais em terra arável e água potável, uma escassez que obriga a China a se voltar para países africanos e latino-americanos no intuito de adquirir e laborar terras, em geral em *joint-ventures*. O empreendimento Jiangzhou Agriculture, Lda, foco deste artigo, assim se caracteriza.

Na pesquisa de campo, apurou-se que a fazenda tinha área de produção de sete mil hectares (fora a área de residência dos técnicos chineses) e que se pretendia ampliar para dez mil hectares. Esse interesse motivou um agudo conflito em torno da expropriação de terras comunitárias, representativa de restrição à agricultura familiar, em detrimento dos interesses dos agricultores do Sachitemo.

A intervenção chinesa na agricultura africana ocorre mediante investimentos diretos ou programas de cooperação agrícola para transmitir *know-how* e tecnologia e para modernizar e fomentar as atividades do setor. Mas a experiência relacionada à Jiangzhou indica, pelos desdobramentos conflituosos, que estudos prévios de viabilidade são primordiais e que um efetivo diálogo com as comunidades rurais locais é imprescindível antes da implementação dos projetos. Reforçam tal percepção as decorrentes limitações à agricultura familiar, ameaçando a subsistência das famílias locais, algo que se magnifica sobretudo no sul de Angola devido ao problema da seca associada à escassez de chuvas.

O *modus operandi* da Jiangzhou reflete os interesses da China quanto à segurança alimentar e ao aproveitamento das oportunidades de negócios. Contudo, sobretudo por se tratar de uma *joint-venture*, merecem críticas as condutas adotadas, considerando-se as necessidades dos trabalhadores angolanos. Tem-se em mente, sobretudo, os problemas associados à baixa remuneração, agravados pelas despesas de alimentação e pelo tamanho da jornada de trabalho.

Cabe assinalar que todo o quadro retratado, dos primórdios da iniciativa intergovernamental que resultou na Jiangzhou às tensões localizadas por conta das expropriações de terras e das condições de trabalho impostas pelo empreendimento, evoca o debate mais geral sobre a problemática do neocolonialismo. Embora não se tenha espaço para uma efetiva abordagem do assunto, registra-se que a discussão costuma partir dos efeitos devastadores do colonialismo, seja na África (p. ex. Tévoédjè 1981), seja na América Latina e Caribe (notadamente





Fanon 1968), ressaltando aspectos como violência e racismo e o dramático legado econômico e político.

Nos termos desse debate, após o período colonial, instalou-se em diferentes regiões do mundo processo – o neocolonialismo – cuja essência, segundo N’Krumah (1967, XIII), é o fato “[...] de que o Estado que a ele está sujeito é [...] independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional. Na realidade, seu sistema econômico e portanto seu sistema político é dirigido do exterior.”. A ingerência e mesmo o controle externo, protagonizados por outros governos e até por consórcios de empresas, constituem manifestações, não raro lubrificadas pela subserviência ou pelo interesse das elites nacionais. Estaria a realidade angolana (e de outros países africanos) muito distante dessa condição a propósito da investida chinesa no continente?

Merece igualmente ser assinalado que o problema da expropriação de terras por parte da Jiangzhou pode ser associado ao que David Harvey analisa com o conceito de *accumulation by dispossession* (acumulação pela retirada da posse, pela imposição de perda) no livro *The new imperialism* (Harvey 2003). Biopirataria e mercantilização de recursos como água e cultura, mediante práticas predatórias e mesmo fraudulentas, entre numerosas situações testemunhadas em escala mundial, nas quais não faltam a participação conivente ou favorecedora do Estado, autorizariam o uso do conceito segundo o autor.

Embora esse problema não seja exclusividade da periferia do capitalismo, é nos países e regiões mais vulneráveis que as consequências se revelam mais abjetas, razão pela qual a “*Accumulation by dispossession* no nosso tempo tem [...] provocado lutas sociais e políticas e vastas fileiras de resistência<sup>3</sup>” (Harvey 2003, 162, nossa tradução). Seria inapropriado considerar pela ótica da *accumulation by dispossession* a privação de recursos como terra arável e acesso à água aos moradores da aldeia do Sachitemo como detectado principalmente por conta da ampliação das dimensões do empreendimento da Jiangzhou?

Tais indagações haverão de inspirar estudos futuros sobre o assunto. Por hora, vale sublinhar que, por promissores que possam se mostrar empreendimentos como o da Jiangzhou, a participação efetiva das comunidades nas decisões sobre essas iniciativas é sempre necessária. As instituições governamentais têm a responsabilidade de fiscalizar as atividades das empresas, notadamente

---

3 Accumulation by dispossession in our own times has [...] provoked political and social struggles and vast swaths of resistance.





quanto ao cumprimento dos compromissos definidos durante a negociação dos contratos de investimento sob pena de que comunidades fiquem à mercê de interesses desconectados dos problemas locais.

## Referências

- Abi-Habib, M. 2018. How China got Sri Lanka to cough up a port. *The New York Times*, June 25. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2018/06/25/world/asia/china-sri-lanka-port.html> > . Acesso em: 02 jul.2019.
- Angola. 2014. *Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola*. Luanda: Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial; Instituto Nacional de Estatística.
- Angola. 2015. *Memorando sobre a participação de Angola na 6ª Conferência Ministerial e na 2ª Cimeira de Chefes de Estado e do Governo do Fórum de Cooperação China-África*. Luanda: Ministério das Relações Exteriores, Direção da Ásia e Oceania.
- ANGOP – Agência Angola Press. 2016. *IGCA possui 2.516 registos de ocupação de terra no Huambo*. 24 jun. Disponível em: < [http://m.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/mobile/noticias/sociedade/2016/5/25/IGCA-possui-516-registos-ocupacao-terra-Huambo,45cf2ee6-cfef-4079-b352-01e9d46e6cd4.html?version=mobile](http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/sociedade/2016/5/25/IGCA-possui-516-registos-ocupacao-terra-Huambo,45cf2ee6-cfef-4079-b352-01e9d46e6cd4.html?version=mobile) > . Acesso: 15 set. 2018.
- ANGOP – Agência Angola Press. 2017. *Huambo: empresários chineses apostam na agro-pecuária*. 14 jul. Disponível em: < [http://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/economia/2017/6/28/Huambo-Empresarios-chineses-apostam-agro-pecuaria,85674ff8-12be-4c16-a96b-2e7db147e985.html](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2017/6/28/Huambo-Empresarios-chineses-apostam-agro-pecuaria,85674ff8-12be-4c16-a96b-2e7db147e985.html) > . Acesso em: 15 set. 2018.
- ANGOP – Agência Angola Press. 2018a. *China concede 200 bolsas a angolanos*. 4 abr. Disponível em: < [https://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/educacao/2018/3/14/China-concede-200-bolsas-angolanos,6563a941-2331-4b20-bda2-b3deeb4e08e0.html](https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2018/3/14/China-concede-200-bolsas-angolanos,6563a941-2331-4b20-bda2-b3deeb4e08e0.html) > . Acesso em: 18 set. 2018.
- ANGOP – Agência Angola Press. 2018b. *Registados (sic) acima de 200 conflitos de terra este ano*. 13 mar. Disponível em: < [http://m.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/mobile/noticias/sociedade/2018/2/11/Registados-acima-200-conflitos-terra-este-ano,d9f1558e-ec8d-4639-9b38-bca21243fdbd.html?version=mobile](http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/sociedade/2018/2/11/Registados-acima-200-conflitos-terra-este-ano,d9f1558e-ec8d-4639-9b38-bca21243fdbd.html?version=mobile) > . Acesso em: 18 set. 2018.
- Arrighi, G. 2002. The African crisis: world systemic and regional aspects. *New Left Review*, n. 15, May-June, p. 5-36.
- Bräutigam, D. 2015. *Will Africa feed China?* New York: Oxford University Press.





- Bräutigam, D.; Zhang, H. 2013. Green dreams: myth and reality in China's agricultural investment in Africa. *Third World Quarterly*, v. 34, n. 9, p. 1676-1696.
- Brie, C. de. 1997. L'Afrique à l'aune du développement virtuel. *Le Monde Diplomatique*, n. 523, Oct., p. 16-17.
- Buckley, L. 2012. Chinese agriculture goes global: food security for all? *IIED Policy Brief*, London: International Institute for Environment and Development.
- Buckley, L.; Ruijian, C.; Yanfei, Y.; Zidong, Z. 2017. Chinese agriculture in Africa: perspectives of Chinese agronomists on agricultural aid. *IIED Discussion Paper*, London: International Institute for Environment and Development.
- Carmo, C. R. 2013. *Modo Angola: o impacto da intervenção da China no desenvolvimento socioeconômico de Angola*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional), Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Chen, M. 2018. Official aid or export credit: China's policy banks and the reshaping of development finance. *GCI Working Paper*, n. 1, June. (Global China Initiative, Global Development Policy Center, Boston University).
- China-Africa Research Initiative. 2018. *Chinese agricultural investments in Africa*. Baltimore: Johns Hopkins School of Advanced International Studies, July. Disponível em: < <http://www.sais-cari.org/data-chinese-agricultural-investments-in-africa> > . Acesso em: 30 jun. 2019.
- Cotula, L.; Vermeulen, S.; Leonard, R.; Keeley, J. 2009. *Land grab or development opportunity? Agricultural investments and international land deals in Africa*. IIED/FAO/IFAD. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/ak241e/ak241e00.htm> > . Acesso em: 01 jul. 2019.
- Dreher, A.; Fuchs, A.; Parks, B.; Strange, A.; Tierney, M. 2017. Aid, China, and growth: evidence from a new global development finance dataset. *AidData Working Paper*, n. 46.
- Eom, J.; Hwang, J.; Atkins, L.; Chen, Y.; Zhou, S. 2017. The United States and China in Africa: what does the data say? *Policy Brief*, n. 18, p. 1-8. (SAIS China Africa Research Initiative).
- Fanon, F. 1968. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations 2018a. *Angola: customary norms, religious beliefs and social practices that influence gender-differentiated land rights*. Rome: FAO-Gender and land rights database, Disponível em: < [http://www.fao.org/gender-landrights-database/country-profiles/countries-list/customary-law/en/?country\\_iso3=AGO](http://www.fao.org/gender-landrights-database/country-profiles/countries-list/customary-law/en/?country_iso3=AGO) > . Acesso em: 06 ago. 2018.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations 2018b. *Angola: prevailing systems of land tenure*. Rome: FAO-Gender and land rights database. Disponível em: <





- list/land-tenure-and-related-institutions/en/?country\_iso3 = AGO > . Acesso em: 06 ago. 2018.
- Gereffi, G. 2007. Promessa e desafios do desenvolvimento. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 223-248.
- Grassi, A. de; Ovadia, J. S. 2017. Trajectories of large-scale land acquisition dynamics in Angola: diversity, histories, and implications for the political economy of development in Africa. *Land Use Policy*, v. 67, p. 115-125.
- Harvey, D. 2003. *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- Hodzi, O. 2018. China and Africa: economic growth and a non-transformative political elite. *Journal of Contemporary African Studies*, v.36, n. 2, p. 191-206.
- Jin, J.; Gallagher, K. P. 2018. Slowing down, powering up: 2017 Chinese energy development finance. *GEGI Policy Brief*, n. 5, p. 1-5. (Global Economic Governance Initiative, Global Development Policy Center, Boston University).
- Klare, M. 2013. *The race for what's left: the global scramble for the world's last resources*. New York: Picador.
- Maka Angola. 2016. *Land-grabbing as a path to riches and status in Angola*. 29 jan. Disponível em: < <https://www.makaangola.org/2016/01/land-grabbing-as-a-path-to-riches-and-status-in-angola/> > . Acesso em: 29 jun. 2019.
- Menezes, G. R. de. 2013. *As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- N'Krumah, K. 1967. *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Schmitz, C. M. 2018. Performing “China in Africa” for the West: Chinese migrant discourses in Angola. *Asian and Pacific Migration Journal*, v.27, n. 1, p. 9-27.
- Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. 2019. *Angola recebe Centro de Tecnologias Agrícolas construído pela China*. Macau, 28 jan. Disponível em: <https://www.forumchinapl.org.mo/chinese-built-agritech-facility-handed-over-to-angola/?lang=pt#:~:text=Os%20governos%20da%20China%20e,Embaixada%20da%20China%20em%20Angola>. Acesso: 19 set. 2020.
- Servant, J.-C. 2003. Offensive sur l’or noir africain. *Le Monde Diplomatique*, n. 586, Jan., p. 19.
- Smaller, C.; Wei, Q.; Yalan, L. 2012. *Farmland and water: China invests abroad*. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development. (IISD Report).
- Tévoédjrè, A. 1981. *A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade*. São Paulo: Cidade Nova, Petrópolis: Vozes.
- The Economist. 1995. Angola’s uneasy peace. Sep. 16th, p. 49-50.
- The Economist. 1996. Sub-Saharan Africa. Sep. 7th. (Survey).





- The Economist. 1998. A continent goes to war. Oct. 3rd, p. 47-48.
- The Economist. 2000. The heart of the matter. May 13th, p. 22-24.
- Visentini, P. 2013. *A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação sul-sul?* Porto Alegre: Leitura XXI.
- Vries, E. de 2018. China-África: relações econômicas potencializam aprendizagem de mandarim. *Deutsche Welle*, 26 maio. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-002/china-%C3%A1frica-rela%C3%A7%C3%B5es-econ%C3%B3micas-potencializam-aprendizagem-de-mandarim/a-43934818> > . Acesso em: 10 jul. 2018.
- Xinhua News. 2018. *China a sincere partner for African countries: Rwandan experts*. Kigali, 25 jul. Disponível em: < [http://www.xinhuanet.com/english/africa/2018-07/25/c\\_137345941.htm](http://www.xinhuanet.com/english/africa/2018-07/25/c_137345941.htm) > . Acesso em: 01 jul. 2019.
- Xu, X.; Li, X.; Qi, G.; Tang, L; Mukwereza, L. 2016. Science, technology, and the politics of knowledge: the case of China's Agricultural Demonstration Centers in Africa. *World Development*, v.81(C), p. 82-91.
- Yergin, D. 2014. *A busca: energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Zaoual, H. 2006. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ.

### **Referências das entrevistas e de material gravado obtido**

- Advogado que defende os interesses da comunidade do Sachitemo, entrevistado por um dos autores em 24 de setembro de 2018.
- Agricultor da comunidade do Sachitemo, cujo depoimento foi registrado pela Rádio MAIS em 21 de fevereiro de 2017 e disponibilizado aos autores.
- Agricultor da comunidade do Sachitemo, entrevistado por um dos autores em 22 de setembro de 2018.
- Agricultora da comunidade do Sachitemo, cujo depoimento foi registrado pela Rádio MAIS em 21 de fevereiro de 2017 e disponibilizado aos autores.
- Chefe de Departamento do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), do Ministério da Agricultura de Angola, entrevistado por um dos autores em 24 de setembro de 2018.
- Chefe Interino do Departamento do Instituto Nacional de Cerais (INCER), do Ministério da Agricultura de Angola, entrevistado por um dos autores em 24 de setembro de 2018.
- Diretora da ONG Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), entrevistada por um dos autores em 21 de setembro de 2018.





Enfermeiro do posto de saúde do Sachitemo, entrevistado por um dos autores em 22 de setembro de 2018.

Regedor da comunidade do Sachitemo, entrevistado por um dos autores em 22 de setembro de 2018.

Soba da comunidade do Sachitemo, entrevistado por um dos autores em 22 de setembro de 2018.

Trabalhadores da Jiangzhou, moradores da comunidade do Sachitemo, entrevistados por um dos autores em 22 de setembro de 2018 (no artigo foram utilizados os depoimentos dos trabalhados numerados, na sequência das entrevistas, como 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10).

